

Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 8.823, DE 28 DE JULHO DE 2016

<u>Vigência</u>

Revogado pelo Decreto nº 9.683, de 2019 (Vigência)

Altera o Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I ao Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2°
1
e) Consultoria Jurídica;
f) Secretaria de Controle Interno; e
g) Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;
" (NR)

- "Art. 8º -A. À Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior compete:
- I prestar assistência direta ao Presidente do Conselho da Câmara de Comércio Exterior CAMEX e ao Presidente do Comitê Executivo de Gestão Gecex;
- II preparar as reuniões do Conselho da CAMEX, do Gecex e do Conselho Consultivo do Setor Privado Conex;
- III articular-se com entidades públicas e privadas e, em especial, com os órgãos integrantes da CAMEX, com vistas ao permanente aperfeiçoamento de suas ações;
- IV coordenar os órgãos colegiados, os comitês e os grupos técnicos intragovernamentais criados no âmbito da CAMEX;
- V identificar, avaliar e submeter ao Conselho da CAMEX medidas e propostas de normas e outros atos relacionados ao comércio exterior;
- VI identificar, analisar e consolidar demandas a serem submetidas ao Conselho da CAMEX ou aos colegiados integrantes da CAMEX;
- VII acompanhar e avaliar, quanto a prazos e metas, a implementação e o cumprimento das deliberações e diretrizes fixadas pelo Conselho da CAMEX, incluídas aquelas cometidas aos seus colegiados;

- VIII coordenar grupos técnicos intragovernamentais, realizar e promover estudos e elaborar propostas sobre matérias de competência da CAMEX, para serem submetidas ao Conselho da CAMEX e ao Gecex;
- IX propor a criação e coordenar grupos técnicos intragovernamentais para o acompanhamento e a implementação das ações em matéria comercial, de serviços e de investimentos entre o País e seus parceiros;
- X elaborar estudos e publicações, promover reuniões e propor medidas sobre assuntos relativos a comércio exterior e investimentos em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos Apex-Brasil;
- XI apoiar e acompanhar as negociações internacionais sobre matérias afetas à CAMEX;
- XII formular consultas públicas, solicitar informações a outros órgãos do Governo federal e ao setor privado e expedir atos no âmbito de sua competência;
- XIII desempenhar as funções de Ponto Focal Nacional Ombudsman de Investimentos Diretos; e
- XIV exercer outras competências que lhe forem especificamente cometidas pelo Presidente do Conselho da CAMEX ou pelo Presidente do Gecex." (NR)
- "Art. 11. À Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte compete assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores nas questões de política exterior de natureza bilateral e multilateral, dos temas afetos a direitos humanos, questões sociais, desarmamento e não proliferação, inclusive, nesse contexto, a cooperação nuclear para fins pacíficos, mecanismos financeiros inovadores, ilícitos transnacionais, operações de manutenção da paz, direito humanitário e demais temas no âmbito dos Organismos Internacionais, além da participação do Brasil na Cúpula Ibero-americana." (NR)
- " Art. 18. Ao Departamento de Mecanismos Inter-regionais compete coordenar e acompanhar a participação do Governo brasileiro no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul IBAS, na Cúpula América do Sul África ASA e seus mecanismos de seguimento, na Cúpula América do Sul Países Árabes ASPA e seus mecanismos de seguimento, no agrupamento de países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), no Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste FOCALAL e seus mecanismos de seguimento e em outros foros inter-regionais de que o Brasil faça parte, no âmbito da Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico." (NR)
 - " Art. 71. Ao Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior incumbe:
 - I coordenar e acompanhar os trabalhos do Conselho da CAMEX e do Gecex; e
- II assegurar o cumprimento das atribuições previstas no art. 8º-A e outras que lhe forem cometidas na forma da lei." (NR)
- " <u>Art. 71-A.</u> Aos dirigentes dos demais órgãos incumbe planejar, dirigir e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas áreas de competência." (NR)

"Art.73	 	
I	 	

d) Chefe de Gabinete do Secretário-Geral;

e) Corregedor do Serviço Exterior, observado o disposto no <u>Decreto nº 5.480, de 30 de</u> junho de 2005 ; e

f) Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior; e
II
e) Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares;
f) Diretor da Agência Brasileira de Cooperação;
g) Diretor-Geral Adjunto do Instituto Rio Branco; e
h) Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete.
" (NR)
"Art. 74
III
<u>e)</u> Coordenador-Geral;
f) Chefe de Gabinete dos Subsecretários-Gerais; e
g) Subchefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete.
IV
<u>b)</u> Subchefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares; e
" (NR)
"Art. 75
III
g)_Assessor da Agência Brasileira de Cooperação;
h) Gerente da Agência Brasileira de Cooperação;
i) Assessor Especial da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;
j) Assessor da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;
k) Assessor Técnico da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;

I) Assistente da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;

m) Assistente Técnico da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;
n) Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;
o) Coordenador da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior; e
p) Chefe da Divisão da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior; e
" (NR)
Art. 2º O Anexo II ao Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo I a este Decreto. (Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)
Art. 3 ° O Anexo II ao Decreto n.º 8.663, de 3 de fevereiro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes
do Anexo II a este Decreto : (Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)
Art. 4º Ficam remanejados, na forma do <u>Anexo III</u> , os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, que compõem a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior:
I - do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:
a) um DAS 101.6;
b) um DAS 101.4;
c) um DAS 101.3;
d) um DAS 101.2;
e) quatro DAS 102.5;
f) três DAS 102.4;
g) quatro DAS 102.3;
h) cinco DAS 102.2; e
i) dois DAS 102.1; e
II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério das Relações Exteriores:
a) um DAS 101.6;
b) um DAS 101.4;
c) um DAS 101.3;
d) um DAS 101.2;
e) quatro DAS 102.5;
f) três DAS 102.4;
g) quatro DAS 102.3;
h) cinco DAS 102.2; e

i) dois DAS 102.1.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados.

Art. 6-º Nos termos do art. 18, caput , inciso II, alínea b, da Lei n-º 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , integrantes da Carreira de Analista de Comércio Exterior poderão exercer cargos em comissão e funções de confiança na Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, em caráter provisório, mediante ato do Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, por requerimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)

Art. 7º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo I ao Decreto nº 8.663, de 3 de fevereiro de 2016 (Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)

I - a <u>alínea "c" do inciso I do caput do art. 2</u>0 ; (Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)

H - o art. 7°; e (Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)

III - a Seção II do Capítulo IV. (Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)

Art. 8º Este Decreto entra em vigor no dia 5 de agosto de 2016.

Brasília, 28 de julho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Carlos Alberto Simas Magalhães
Marcos Pereira
Esteves Pedro Colnago Junior

Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.7.2016

ANEXO I

(Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)

ANEXO II

(Revogado pelo Decreto nº 9.067, de 2017) (Vigência)

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO QUE COMPÕEM A SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MDIC PARA A	DO MDIC PARA A SEGES/MP	
002.00	DAG-GNITARIO		VALOR TOTAL	
DAS 101.6	6,27	1	6,27	
DAS 101.4	3,84	1	3,84	
DAS 101.3	2,10	1	2,10	
DAS 101.2	1,27	1	1,27	
DAS 102.5	5,04	4	20,16	
DAS 102.4	3,84	3	11,52	
DAS 102.3	2,10	4	8,40	
DAS 102.2	1,27	5	6,35	
DAS 102.1	1,00	2	2,00	
SALDO DO REMANEJAMENTO (a)	22	61,91	
VALOR TOTAL DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MDIC E VINCULADAS CONFORME DECRETO Nº 8.785, DE 2016 (b) 61,91				
	R REMANEJADO DO MDIC E VINCULA	ADAS(b-a) 0.0	0,00	

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA O MRE	
		QTDE	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27
DAS 101.4	3,84	1	3,84
DAS 101.3	2,10	1	2,10
DAS 101.2	1,27	1	1,27
DAS 102.5	5,04	4	20,16
DAS 102.4	3,84	3	11,52
DAS 102.3	2,10	4	8,40
DAS 102.2	1,27	5	6,35
DAS 102.1	1,00	2	2,00
SALDO DO REMANEJAMENTO		22	61,91

*